



PRESCRITIBILIDADE DA PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO CONTRA AGENTES PÚBLICOS

 STF	Tema 897
Processo(s)	Status
<ul style="list-style-type: none"> RE nº 852.475/SP 	Trânsito em julgado: 06/12/2019
Questão jurídica	
Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário contra agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	
Descrição	
Recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 37, § 5º, da Constituição Federal, se é prescritível, ou não, a ação de ressarcimento ao erário fundada em ato tipificado como ilícito de improbidade administrativa.	
Tese firmada	
São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.	
Temas relacionados	1.089 do STJ e Temas nºs 666 e 899 do STF